

anos **Sargento**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XX • Abril/Maio 2011 • Nº 78

MAIS DO QUE NUNCA É PRECISO **RESISTIR**

*encontro nacional
de militares* **22**
OUTUBRO



**GRANDE AUDITÓRIO DO ISCTE
LISBOA - 15H00**

ANS



AOFA



AP



**Entregue na Assembleia
da República
a Petição Pública
do projecto-lei de Amnistia**

Pág. 3

**Exposição
dos 20 Anos
de O Sargento
no Comando Aéreo**

Págs. Centrais

**Encontro Nacional
de Militares
Resistir
já é Vencer!**

Pág. 16

"TUDO COMO DANTES... NO QUARTEL DE ABRANTES..."

Após cerca de 100 dias sobre a tomada de posse do governo PSD/CDS, em consequência dos resultados eleitorais do passado dia 5 de Julho, não se reconhece nenhuma inflexão nas políticas que fizeram o país e os portugueses chegarem à situação a que se chegou. As políticas da cartilha neo-liberal, causadoras dos problemas económicos que se vivem a nível mundial, continuam a ser aplicadas e aprofundadas.

A crise é um facto, mas insistir nas políticas que nos trouxeram a esta situação não a resolve, antes sim agrava-a, depauperando as famílias enquanto alguns, os mesmos de sempre, vão enriquecendo cada vez mais.

Neste sentido, o novo governo não veio trazer qualquer novidade: à austeridade anterior acrescentou mais austeridade, à recessão anterior acrescentou mais recessão. A única novidade que a mudança de governo nos trouxe foi os protagonistas. Os novos governantes assumem as posições políticas dos anteriores e estes, a mesma que os actuais tinham quando eram oposição. Até parece que o PSD cedeu o "D" ao PS e assim "tudo como dantes no Quartel de Abrantes..."

Cada dia que passa vão sendo conhecidas novas medidas de austeridade, anunciadas pelo governo, todas com um denominador comum que é fazer pagar os custos da crise por aqueles que vivem exclusivamente do rendimento do seu trabalho e pelos reformados. É o corte nos vencimentos e no 13.º mês; é o aumento brutal dos impostos; é o corte em tudo o que constitui serviços sociais – saúde, educação, transportes; é o aumento generalizado dos bens alimentares essenciais, e como se ainda não bastasse, para acalmar os mercados, novos aumentos e cortes se projectam para 2012.

Nesta última década, em nome da crise, os portugueses têm sido chamados a fazer sacrifícios para combater as diferentes crises, sejam elas a in-

flação, o défice, as contas públicas ou a dívida soberana, com a promessa que se o fizermos os problemas ficam resolvidos e o desenvolvimento e o progresso estão mesmo, mesmo a chegar. Só que o tempo passa, os sacrifícios acumulam-se e estes resultados nunca chegam. A cada pacote de sacrifícios o desenvolvimento fica mais longe e para resolver a nova crise somos solicitados a novos e maiores sacrifícios, a mais austeridade, num ciclo vicioso que transformou e continua a transformar as nossas vidas num inferno. Até quando?

Dizem-nos não haver alternativa a estas políticas que temos de aguentar em nome de Portugal! A vida demonstrou-nos ao longo dos últimos anos que estas medidas neo-liberais não são a solução mas são o problema e, não sendo a solução, não são inevitáveis, por isso existem alternativas. O que é mau para a esmagadora maioria dos portugueses não pode ser bom para Portugal.

Portugal não é um mero espaço geográfico. Nele vivem pessoas e as políticas só serão boas para Portugal se forem boas para quem nele vive. Ou será que estamos cá a mais?

O caminho seguido pelos nossos governantes, nestas últimas décadas, e teimosamente seguido nos tempos que correm, é o caminho que só pode levar-nos ao desastre económico e à hipoteca da soberania nacional. É este desastre que é imperioso, urgente e necessário evitar. Está nas nossas mãos e na nossa vontade consegui-lo. Basta, para tanto, combater sem desfalecimentos a resignação a que nos querem submeter. Depende de nós não calarmos a nossa voz indignada, não nos deixarmos sufocar pela chantagem diária do discurso da inevitabilidade, "porque senão é pior".

Precisamos de acreditar que existem outras soluções, que temos de resistir e lutar por uma vida melhor. Transformando esta ambição em realidade, o futuro a que temos direito é possível, porque resistir já é vencer! ▲

O exercício dos direitos fundamentais

O ex-ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, solicitou, em 2008, à Procuradoria Geral da República (PGR), um parecer acerca do sentido da expressão "natureza sindical" na redacção dada pela Lei Orgânica n.º 4/2001 de 30 de Agosto.

O parecer foi votado pelo Conselho Consultivo da PGR na sua sessão de 24 de Março deste ano e promulgado pelo anterior MDN, Santos Silva, em 14 de Junho.

Este pedido de parecer ocorreu num período muito específico da nossa vida colectiva. Foi um período negro onde predominou a repressão sobre os dirigentes e activistas associativos, onde as alterações legislativas – RDM, Estatuto do Dirigente Associativo, recurso aos Tribunais de primeira instância pelos militares – tiveram todos a mesma matriz: reduzir os direitos mais elementares dos cidadãos militares. Só que, estas alterações não eram, na opinião do então ministro, suficientes.

Quem não se lembra da pública afirmação de Luís Amado, ainda em 2005,

ao ser questionado por um jornalista "...e se os Tribunais dessem razão aos militares?", "nesse caso altera-se a Lei" respondeu o então MDN. Era com este respeito pelos princípios democráticos com que a então maioria absoluta geria o País, mas não era suficiente... Os ataques à Condição Militar estavam para continuar, como continuaram, quem nos atacava sabia que iríamos resistir, daí o pedido deste parecer à PGR. Se o parecer não servisse os seus intentos arquivava-se, se servisse homologava-se sendo a responsabilidade de outros e ficando o governo de "cara lavada", mesmo que perante a denúncia.

Quando surgiu o parecer, já não encontrou o autor do pedido, mas o seu sucessor, que mesmo em vésperas de saída, não se fez de rogado: homologou-o, facilitando a vida ao seu sucessor. Como eles se entendem bem naquilo que consideram fundamental, mesmo que de duvidosa constitucionalidade, mesmo restringindo direitos fundamentais, ou seja: diminuindo a democracia!

O parecer assenta numa torpe mistificação sobre o que é actividade sindi-



in Almanaque Bertrand, de 1908

cal, considerando como tal tudo o que os sindicatos possam fazer. Com tal entendimento, no limite, poderão considerar sindicalismo o mero acto de escrever uma carta dirigida a um qualquer Órgão de Soberania.

Pareceres, são isso mesmo, e nós temos outros, de prestigiadas individualidades na área jurídica, que vão no sentido contrário (no próximo número daremos conta aos nossos leitores).

O ataque à Condição Militar vai continuar nos tempos próximos, e o Governo sabe, tão bem ou melhor que nós, que iremos resistir, por isso nada melhor do que procurar condicionar a resistência, ainda por cima podendo afirmar que a culpa é de terceiros, mesmo que essas condicionantes reduzam a democracia a um minimalismo de aparência. ▲

AMNISTIA



ANS entrega Petição na Assembleia da República

Uma delegação da ANS, composta por quatro membros da Direcção, António Lima Coelho, Paulo Contreiras, Mário Ramos e António Taveira, entregou, no passado dia 26 de Julho, uma Petição na Assembleia da República. A delegação da ANS foi recebida pela Senhora Presidente Assunção Esteves a quem foi entregue a petição acompanhada por mais de 4500 assinaturas de cidadãos portugueses, na sua maioria militares das Forças Armadas. Simultaneamente, e de acordo com António Lima Coelho, foi também entregue uma "Proposta de Lei de Amnistia" da autoria da ANS, que contou com o prestimoso contributo do Juiz Conselheiro Dr. António Bernardo Colaço.

Segundo o presidente da ANS pretende-se com esta iniciativa amnistiar as infracções disciplinares, exclusivamente por motivo do associativismo representativo nas Forças Armadas.

O projecto de lei agora entregue sustenta-se nos pressupostos seguintes:

A Lei Orgânica 3/2001, de 29 de Agosto, veio reconhecer aos militares o direito de criar associações profissionais. Apesar de um tal direito ser garantido pela Constituição da República conforme decorre das disposições conjugadas dos seus artigos 270.º e 18.º, não é possível dissociar o reconhecimento desse direito, duma prolongada e penosa luta que os militares se viram obrigados a levar a cabo para alcançar este objectivo.

A inserção do associativismo repre-



**A ANS entregou
à Presidente
da Assembleia da República
uma proposta
de Lei de Amnistia**

sentativo militar no nosso ordenamento jurídico é assim a consagração explícita da razão que desde o início assistiu aqueles militares que se empenharam decididamente na conquista deste direito constitucional e democrático.

É sabido, aliás, que o associativismo profissional militar é uma realidade na União Europeia. A EUROMIL, Organização Europeia de Associações Militares, de que a ANS é membro de pleno direito desde 1993, congrega 39 associações e sindicatos de militares de 27 países.

No nosso país, o movimento asso-

ciativo profissional militar, pela postura dos seus dirigentes e defensores, tem-se revelado como um valioso factor de coesão nas Forças Armadas e garante contribuir positivamente na busca de soluções para a satisfação das aspirações dos militares profissionais sempre que legítimas.

Constitui pois de justiça, contemplar as acções daqueles militares que, não obstante o peso de procedimentos disciplinares e sujeitando-se a sacrifícios da mais variada ordem demonstraram determinação, capacidade e coragem – afinal, também virtudes militares – na defesa do associativismo profissional para conquistar um espaço democrático em prol de todos os militares.

De acordo com a Senhora Presidente Assunção Esteves esta petição foi a primeira a ser entregue nesta legislatura, encontrando-se presentemente em sede de Comissão de Defesa para efeitos de apreciação e parecer nos termos regimentais, tendo já sido convocada a Direcção da ANS para uma reunião no dia 21 de Setembro, com o Relator da Comissão de Defesa (Marcos Perestrello – PS), nomeado para este efeito. ▲

Audiência com o MDN

Na sequência de seu pedido para apresentação de cumprimentos, a ANS foi recebida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), José Pedro Aguiar-Branco, no passado dia 3 de Agosto. Acompanhado do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Paulo Frederico Agostinho Braga Lino, do Director Geral do Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), Alberto Coelho e do seu chefe de Gabinete, Major-general Arnaud Moreira, o MDN recebeu uma delegação da Direcção constituída pelo presidente e pelos três vice-presidentes.

À semelhança do que havia acontecido com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República (AR), para além dos cumprimentos tradicionais, foi apresentada uma síntese (a mes-

ma) de alguns dos problemas que afectam a categoria dos Sargentos das FFAA (ver peça nestas páginas).

Afirmando que ainda estava a estudar os dossiers, o MDN disse que quer uma relação frutuosa com as APM e que, tendo em conta que o anterior DGPRM se mantém em funções, tentará que haja uma continuidade do trabalho já feito até agora (na linha das reuniões de trabalho havidas, com alguma periodicidade, durante o mandato do ministro Santos Silva). Houve contudo dois assuntos sobre os quais o novo MDN se pronunciou particularmente, a saber:

- Nesta altura, corria no *jornal da caserna* o boato de que se preparavam alterações ao EMFAR no que respeitava ao regime de Reserva (que ia acabar, que ia passar para apenas 3

anos...). Sendo um assunto que preocupava, e com razão, os camaradas, Lima Coelho questionou directamente o MDN se os rumores tinham razão de ser, e se alguma coisa estaria a ser preparada nesse sentido. José Aguiar-Branco reagiu com surpresa a esta questão, no que foi secundado, quer pelo SEADN, quer pelo DGPRM, assegurando que tal não passava, efectivamente, de rumores e que nada estava em preparação nesse sentido; e,

- A Saúde Militar (SM) é um problema candente na sociedade portuguesa, na mesma medida em que também o é a Saúde em geral, ou seja o Sistema Nacional de Saúde. Compreendendo que a SM é um "tema quente" para a Familiar Militar, afirmou que o seu entendimento, e o do seu Governo, passa por tratar igualmente todos os por-

tugueses, considerando contudo essencial "tratar igualmente o que é igual e tratar diferente o que é diferente".

Para além destes dois destaques, esta audiência serviu essencialmente para que as pessoas se conhecessem, estabelecendo pontes para um relacionamento futuro profícuo. A ANS deseja-o e exige-o.

À saída da audiência os OCS estavam, surpreendentemente, em grande número à espera da delegação da ANS, e a mensagem transmitida por Lima Coelho foi a de que esta reunião tinha permitido o início de uma relação de trabalho. E foi isso mesmo que aconteceu naquele gabinete, naquela tarde quente de Agosto. A continuidade do trabalho iniciado é agora. É amanhã.

Luís Bugalhão ▲

Audiência com o General CEMGFA

A Direcção da ANS foi recebida em audiência, no dia 30 de Maio, pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Evangelista Esteves de Araújo, terminando assim o ciclo de audiências com as novas chefias militares iniciado em Janeiro deste ano.

Com uma delegação composta pelo presidente, António Lima Coelho, e pelos vice-presidentes Paulo Contreiras e Luís Bugalhão, e após a apresentação dos cumprimentos formais, houve oportunidade de levar ao conhecimento do "Chefe dos Chefes militares" alguns anseios e preocupações dos Sargentos e das suas famílias.

Após referir que a ANS encara a relação com as Chefias militares como fundamental, Lima Coelho sublinhou a necessidade de que aquelas encarem o papel da nossa associação como um apoio à difícil arte de comandar e não, como se tem verificado até agora, como um entrave. Em resumo, frontal e lealmente, foram elencados para conhecimento e debate os seguintes assuntos:

- Síntese da reunião de trabalho com o Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN, realizada dias antes, em 19 de Maio;

- Saúde Militar, nomeadamente a reestruturação conducente à efectivação do Hospital das Forças Armadas;

- Reconhecimento e uniformização da formação dos Sargentos. Reconhecimento interno e externo, tendo em conta as complexas e exigentes funções desempenhadas pela categoria de Sargento, e uniformização para que a formação não seja, também ela, um factor de diferenciação entre o três Ramos. O nosso velho sonho de ver constituída uma Escola de Formação de Sargentos das Forças Armadas foi referido como uma solução coerente, sensata e racionalizadora de recursos;

- Problemas burocráticos que viriam a impedir os camaradas da Força Aérea, em missão em Porto Santo, de exercerem o seu direito de voto nas eleições de 5 de Junho de 2011.



O General Luís Araújo agradeceu os cumprimentos e anuiu que as associações profissionais de militares (APM) são um parceiro com o qual as chefias têm de contar, pois elas existem e estão consagradas em Lei. Acentuando esta ideia, e tendo em conta os problemas que expusemos e aos quais acrescentou outros, usou mesmo a expressão 'temos que dar as mãos, as Chefias e as APM'. E referiu, por exemplo, o congelamento das promoções e progres-

sões, as reduções de efectivos em curso e futuras, a reestruturação da Saúde Militar (nomeadamente a questão hospitalar), como áreas em que a colaboração com as APM pode potenciar a obtenção de melhores soluções.

Tendo em conta que a audiência havia sido pedida pela Direcção da ANS para apresentação de cumprimentos, pode dizer-se que o objectivo foi atingido. A possibilidade de lançar para a mesa de discussão alguns dos

problemas que nos afectam foi aproveitada, mas não era esta a ocasião para um debate aprofundado e extenso. Pelas suas declarações e postura aberta ao diálogo com as APM, o General CEMGFA deixou a porta aberta para reuniões de trabalho no futuro. A ANS deseja-as, está disponível e mais, considera essencial a colaboração com as Chefias. Assim venha a acontecer, para bem da Família Militar.

Luís Bugalhão ▲

Audiências com grupos parlamentares

Na sequência do pedido de audiências a todos os Grupos Parlamentares da nova Legislação, a ANS foi recebida, na Assembleia da República, no decorrer do mês de Agosto, por todos os partidos com assento parlamentar.

A ANS apresentou as seguintes matérias como necessidades prementes de resolução política:

1- Consequências da aplicação do DL 296/09 de 14 de Outubro – Tabela remuneratória única.

Distorções de antiguidade, falta de aplicação da TRU a todos os militares, criação de abonos de excepção para alguns militares.

2- Consequências da aplicação da Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro - Lei do Orçamento do Estado.

Não pagamento dos complementos

de pensão de reforma desde 01JAN 2011, volta a agravar os regimes de excepção permitindo apenas promoções para alguns cargos de oficial General.

3- Relatório da IGF sobre a inspecção às FFAA e notícias decorrentes.

Se este fosse um relatório isento e objectivo também daria conta da falta de aplicação da Lei aos militares por isso lesados (como os reformados) ao invés parece que o objectivo deste relatório seria trazer à praça a falsa imagem dos "militares incumpridores".

4- Projecto de Petição Pública de Amnistia.

Conhecimento aos GP da entrega pela ANS na Presidência da AR da Petição Pública, suportada por mais de 4500 assinaturas, pelo projecto-lei de amnistia aos militares punidos por motivos estritamente associativos, e sensibilização dos Partidos respectivos

do passo de maioria democrática que consideramos ser esta iniciativa.

5- Formação dos militares e certificação da mesma.

Continuamos a ter CFS cujas qualificações à saída são iguais ou mesmo menores do que à entrada, desvalorizando o curso e a carreira de Sargento.

Não há entendimento sequer entre 2 organismos públicos (IEFP e ANQ) quanto à certificação da formação de Sargentos em documentos publicados este ano por ambos os organismos.

A criação da Escola Nacional de Sargentos, comum aos três ramos, para a fase inicial dos CFS faz cada vez mais sentido, como forma de uniformizar valores e competências e também de reduzir e racionalizar custos.

6- Saúde Militar.

Continua-se a assistir a reestruturações sucessivas sem que se entendam

objectivos. Facto que se torna óbvio é que a qualidade dos serviços prestados tem piorado. Reestruturar sim, mas para melhorar, e sem encarar qualquer militar ou familiar como "capacidade sobrança"

7- EMFAR

Cada vez se torna mais urgente uma revisão ao EMFAR. Continuam a passar militares válidos à reserva compulsiva por ultrapassagens devidas ao obsoleto RAMME.

Militares que atingiram este ano o limite de idade no posto, devido aos congelamentos, e que não são promovidos mesmo existindo vaga, são passados à reserva, enquanto outros, ao abrigo do Art. 158.º do EMFAR são "sustados" no posto, por se prever a sua promoção. Então o EMFAR não é o Estatuto de TODOS os militares? ▲

Audiência das Associações Profissionais de Militares com o Partido Comunista Português

No dia 16 de Junho foram recebidas em audiência pelo Partido Comunista Português, na sua Sede, em Lisboa, as Associações Socioprofissionais ANS, AOFA e AP. Esta audiência inseriu-se num pedido dirigido pelas Associações militares a todos os partidos políticos, antes das eleições legislativas com o objectivo de debater as preocupações crescentes que afectam os seus associados.

Da parte das Associações militares constituíram as delegações os seguintes elementos: ANS - António Lima Coelho, presidente da Direcção; Mário Ramos, vice-presidente da Direcção; AOFA - Pereira Cracel, presidente do Conselho Nacional; Quintela Leitão, secretário-geral do Conselho Nacional; AP - Luís Reis, presidente da Direcção; Paulo Amaral, secretário da Direcção.

Pelo Partido Comunista Português estiveram presentes, Jerónimo de Sousa, secretário-geral; António Filipe, deputado da Assembleia da República; António Rodrigues e Rui Fernandes, ambos membros do Comité Central.

A audiência começou com a intervenção de Lima Coelho, que dirigiu algumas palavras de agradecimento pela disponibilidade demonstrada pelo PCP em receber as Associações socioprofissionais de Militares para debater as crescentes preocupações das diferentes categorias dos militares.

Referiu preocupação pelo crescente e constante discurso sobre a redução das Forças Armadas (FA) sem que exista uma reestruturação definida e concreta. As FA são o garante da Soberania Nacional e a sua redução implica um prejuízo efectivo no apoio às populações, tendo dado como exemplo a redução para metade das equipas constituídas por militares do Exército para a vigilância e apoio ao combate aos incêndios florestais.

Falou sobre a oportunidade presen-

te para se proceder à reestruturação das carreiras militares, sendo no entanto, que tudo indica que o "relatório foi fechado no fundo de uma gaveta que ninguém sabe abrir."

Deixou igualmente uma nota relativa à não concordância dos militares com a redução remuneratória forçada imposta em Janeiro e que, em conformidade com essa discordância, três elementos de cada uma das Associações socioprofissionais, colocaram em tribunal, acções judiciais contra o Estado Português.

Pereira Cracel e Luís Reis, da AOFA e AP, também usaram da palavra, descrevendo o que consideravam os principais problemas que afectam os militares.

Em seguida Lima Coelho colocou mais algumas questões relacionadas com a medida cega do congelamento do tempo de serviço e a perversidade que o mesmo representa nas situações em que os militares, atingindo a idade máxima para promoção, se vêm impedidos, sem qualquer culpa pessoal, de ascender ao posto superior, passando à reserva e, posteriormente, à reforma em condições mais desfavoráveis

do que seria expectável.

Antecipando os prováveis cenários de convulsão social que possam vir a surgir, mercê da aplicação das duríssimas medidas impostas pelo acordo com a "troika", conjugado com as alterações que foram sendo introduzidas às leis da orgânica militar e da defesa nacional,

Lima Coelho deixou bem claro que os militares não estarão disponíveis, em nenhum momento, para exercer actos de repressão ou de limitação de direitos constitucionais, sobre os seus concidadãos civis.

Feitas estas intervenções, tomou a palavra Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, referindo que a situação das FA não é dissociável de uma ofensiva geral que tem sido perpetrada nos últimos anos a diversos sectores da sociedade portuguesa e que estas matérias têm sido tratadas de uma forma corporativa e com interesses estratégicos. Que o ataque às FA faz parte de um mais amplo ataque à própria soberania nacional. Considera que o acordo estabelecido com o FMI e a UE vai piorar grandemente as condições de vida de todos os portugueses para

que, em 2013, o estado da nação esteja pior do que actualmente.

Em conjunto com Rui Fernandes e António Rodrigues, membros do Comité Central, foram referindo diversos pontos de debate importante que importa não deixar cair junto do novo governo eleito, desugadamente:

- A necessidade de reafirmar os valores das FA e de defender a Constituição da República;

- A importância de falar da "troika" mas sem esquecer o que tem vindo a ser implementado desde há muito tempo na redução de efectivos e nos cortes orçamentais das FA;

- Analisar com muito cuidado a mesclagem que está a ser preparada relativamente à segurança nacional, confundindo-se cada vez mais os binómios defesa nacional e segurança interna, dando como exemplo o projecto FRONTEx, da União Europeia e a formação de uma guarda costeira europeia;

- Necessidade de ter alguns cuidados na análise dos relatórios efectuados às FA pela Inspeção Geral de Finanças;

- Continuar a defender os princípios constitucionais, não esquecendo que, no momento actual e no presente contexto, boas intenções e bons objectivos, levantados em momentos inoportunos, podem ser usados por outros para subverter os princípios que se pretendem alcançar;

- Necessidade de se estabelecer uma definição concreta dos assuntos a debater institucionalmente.

Como último ponto foi referido que o pedido do PCP foi aceite e o Regulamento de Disciplina Militar já se encontra no Tribunal Constitucional para apreciação.

Após a audiência, os presidentes das três Associações prestaram declarações aos órgãos de comunicação social presentes. ▲



Complemento de Pensão de Reforma

O deputado António Filipe questiona o MDN

Ao abrigo da CRP e do Regimento da Assembleia da República, o deputado António Filipe, do PCP, questionou o Ministro da Defesa Nacional, a 1 de Agosto de 2011, sobre o cálculo dos complementos de reforma dos militares, decorrentes do novo enquadramento legal (Tabela Única da Função Pública).

O deputado comunista refere que: *"Após vicissitudes de vária ordem, foi concluído o processo de transição dos militares na situação de activo e reserva para o novo regime remuneratório, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 296/2009. Pareciam assim estar criadas as condições para estabelecer as referências a partir das quais seriam liquidados os complementos de pensão estabelecidos quer no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 26 de Junho, com as alterações que culminaram na Lei n.º 34/2008, de 23 de Julho (complemento de pensão até aos 70 anos, pago pelos Ramos a partir do Orçamento do Estado), quer no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 269/90, de 31 de Agosto, diploma entretanto também alvo de algumas alterações, a última das quais ocorrida com o Decreto-Lei n.º 160/94, de 4 de Junho (complemento de pensão a partir dos 70 anos e da responsabilidade do Fundo de Pensões).*

Porém, ficou por fazer o cálculo dos complementos de pensão de reforma decorrentes do novo enquadramento legal, que não estão a ser processados."

Adianta ainda António Filipe que: *"Em 11 de Março de 2011, o então Ministro da Defesa Nacional proferiu um Despacho sobre o Memorando n.º 5/CEMG-FA/2011, de 9 de Março, que mantinha como referências os valores de antes de 1 de Janeiro de 2010 para os militares que passaram à situação de reforma até esta data. A situação complicou-se ainda mais porque, entretanto, veio surgindo a necessidade de fazer o recálculo das pensões, como a lei determina, aos que vinham auferindo o complemento de pensão a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 236/99 (com as alterações já descritas) e atingiram os 70 anos, os quais viram, em muitos casos, ser suspenso aquele complemento. Se atentarmos que, de acordo com o Memorando de Entendimento subscrito com a troika, o Orçamento do Estado para 2012 contemplará cortes substanciais nas pensões de reforma poderá imaginar-se a indignação dos militares a quem é devido o complemento de pensão e em particular dos que, já penalizados no recálculo da pensão, se virem então duplamente prejudicados, uma vez que não terão beneficiado da referência que lhes devia ter sido associada em 2010. Penalizados com o Orçamento do Estado para 2012 serão, também, os que, já entando na reforma, não viram concretizado o cálculo do complemento de pensão referido a 2010, e que, por esse motivo, sofrerão um duplo prejuízo." ▲*



MDN responde a António Filipe

Em resposta à questão sobre o Complemento de Pensão de Reforma dos militares formulada pelo deputado do Grupo Parlamentar do PCP, António Filipe, o Ministro da Defesa Nacional, Aguiar Branco, adiantou:

"Por despacho de 31/03/2011, de S. Ex.º o Secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar foi determinado aos ramos das Forças Armadas, bem como à "Sociedade Gestora do Fundo", que para efeitos do cálculo do complemento de pensão aos militares que passaram à situação de reforma antes de 1 de Janeiro de 2010, deve ser considerada como remuneração de reserva de referência a posição remuneratória fictícia a que teriam direito, por aplicação das regras de transição previstas no n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de Outubro, caso se mantivessem, naquela data, na situação de reserva."

Como muito bem saberá o MDN nada disto que é determinado foi feito ou está a fazer-se, mas tal não

incomoda o titular da pasta. Salvo melhor opinião, parece haver despachos que são obrigatoriamente para cumprir – quando se trata de causar prejuízos aos cidadãos – e outros que são para não levar em conta se daí resultar algum benefício para os mesmos cidadãos.

Refere ainda o Despacho, citado na resposta do MDN ao deputado do PCP, o seguinte: *"Determina ainda o mesmo despacho que, em função do impacto da presente medida, se proceda, em Janeiro de 2012, à avaliação da necessidade de adoptar diferente valor de referência, atentas as contingências orçamentais do momento."*

Esta parte final da resposta é uma verdadeira afronta aos milhares de credores reformados militares, pois ao invés de fazer os ramos cumprir com as suas obrigações legais para com os seus homens, empurra a resolução para Janeiro de 2012, fazendo depender essa solução, não do que decorre da aplicação da lei

(Lei 34/2008, de 23 de Julho) mas sim das contingências orçamentais daquele momento.

Para quem "enche a boca" com palavras de escrupoloso e rigoroso cumprimento das suas obrigações para com interesses externos (mercados e "troika"), esta posição de relapso e calote ostensivo para com os portugueses, não fica bem. Não mesmo nada bem!

O Estado tem obrigação de se portar como pessoa de bem, não pode pois ter dois pesos e duas medidas consoante o seu interesse.

O Estado tem de cumprir com as leis que cria, pois só assim terá moral para solicitar sacrifícios aos portugueses.

Quando é para cortar, "é para ontem", quando se trata de pagar, protela. E, no caso vertente, aquilo que há a acertar e pagar já vem desde Janeiro de 2010.

Um verdadeiro escândalo! ▲

O Clube de Sargentos da Força Aérea comemorou, no dia 9 de Julho, as suas Bodas de Prata – 25 anos de existência.

O almoço comemorativo decorreu no Salão dos Espelhos do Centro de Apoio de Social de Lisboa (CAS-Lisboa/IASFA). Da mesa de honra fizeram parte os seguintes convidados e dirigentes: SCH Casimiro, presidente da Assembleia Geral; SMOR Alecrim, presidente da Direcção; MGen Mora de Oliveira, SUBCEMFA em representação do CEMFA; TCOR André, Sub-Director do CAS-Lisboa em representação do Director; SMOR Lopes, assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos; SCH Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS; SCH Albano Ginja, presidente da Direcção do CSA; Senhor Monsanto, representante da ACCL. No final do almoço integraram igualmente a mesa o tesoureiro e a vogal da Cultura da Junta de Freguesia de Marvila, freguesia onde está implantada a sede social do CSFA.

Na presença de cerca de cem associados e familiares, em que foi assinalável a presença das esposas de muitos associados, o almoço decorreu num ambiente de saudável convívio e troca de opiniões sobre aspectos históricos ligados à vida do clube e sobre algumas das preocupações que neste momento, no plano social e profissional, mais atingem os militares. No final do almoço, e antes do período das intervenções alusivas à efeméride, foram distribuídas medalhas comemorativas e diplomas aos sócios que perfizeram vinte e cinco anos de associados.

O sócio fundador e ex-dirigente do CSFA, SCH Armando Parreira, fez uma interessante intervenção sobre a memória dos vinte e cinco anos que entretanto decorreram. É esta intervenção que passamos a transcrever:

"Estimados Amigos e Convidados, Camaradas

Desejo cumprimentar-vos com amizade e saudar vivamente o Clube dos Sargentos da Força Aérea, todos os sargentos, neste 25.º aniversário da sua fundação.

Uma saudação maior à Força Aérea, que no dia 1 de Julho fez 59 anos de vida. Um bem-haja, muito forte, à Força Aérea, a quem nos ligámos eternamente pela alma e coração, por tudo aquilo que foi e é para nós Sargentos e que continua a ser para as Forças Armadas Portuguesas e para o país, Portugal.

Uma saudação grande para a Associação Nacional de Sargentos (ANS) pelos seus 22 anos de vida, feitos no passado dia 10 de Junho.

A nossa lembrança amiga para a Associação da Força Aérea Portuguesa (AFAP) que no próximo Outubro vai comemorar o seu 28.º aniversário.

No quadro das celebrações, continuam com lugar destacado a Festa e as Celebrações. É bom lembrar com fraternidade.

A memória é feita de tempo e de muitos acontecimentos e lugares. Podemos guardar em nós um universo de lembranças e se às nossas juntarmos outras sobre um mesmo lugar e acontecimento, nasce uma combinação que podemos considerar memória colectiva.

A nossa Memória Colectiva ao longo de 25 anos, o CLUBE, configura aspectos diversos que se foram inscrevendo



25.º Aniversário do CSFA

na história da própria Força Aérea, na história da Comunidade Militar portuguesa.

Memória Colectiva que foi tecida em quotidianos de dificuldades de natureza vária e que se forjou pela aguda consciência social dos Sargentos da Força Aérea, identificada e amassada com o associativismo militar existente nos seus Clubes das Unidades. Consciência social que foi ampliada com o projecto e realização da sua Associação no seu Clube de Classe, projecto necessário, válido e credível na sociedade portuguesa vinda nos caminhos de Abril de 1974.

Fundado em 11 de Julho de 1986, o Clube é a resultante da vontade dos Sargentos da Força Aérea de se "UNIR NA TERRA E NO AR", alargando o imperativo recolhido pela República no Hino Nacional, que tem o acento tónico na importância da Terra e do Mar na soberania da Pátria.

"UNIR NA TERRA E NO AR" os sargentos da Força Aérea, também para compensar os seus interesses e necessidades e os pôr em comum com a sociedade, no intuito de melhor alcançar o seu engrandecimento e valorização, a sua fundada dignificação.

Com base neste espírito, e tendo em conta a responsabilidade de expressarmos as nossas ideias e falarmos da nossa história, seria despropositado se, neste momento, nesta hora feliz de mostrar um pouco do Clube, não reiterasse a enorme consideração e respeito que temos pela Encíclica Papal de João Paulo II "Centesimus Annus", onde ele nos diz:

"Para uma adequada formação respeitante à actividade humana, exige-se a participação de todo o homem, a aplicação da sua inteligência, da sua criatividade, do seu conhecimento dos outros homens e do mundo.

Actuando em grupos, associações e organizações, os homens construíram um grande "movimento", que muito tem contribuído para construir uma sociedade mais justa, ou pelo menos, para colocar barreiras às injustiças."

A vinda de Bartolomeu de Gusmão para o Clube justifica-se pela sua notável visão da importância geoestratégica do seu invento e pela pretensão dos fundadores do Clube, em considerarem que também os Sargentos da Força Aérea são uma parte dos seus herdeiros.

O famoso desenho da Passarola da autoria de Bartolomeu de Gusmão, que fez a primeira experiência aerostática da história da humanidade em 8 de Agosto de 1709, não era coisa pouca para a época, era a construção de uma máquina de voar que permitiria ao rei de Portugal o domínio dos ares.

Completando a sua homenagem ao sacerdote jesuíta, nosso ilustre e culto compatriota, os Sargentos da Força Aérea editaram, com depósito legal em Junho de 1988, o seu órgão informativo "O VOADOR", como propriedade do seu Clube.

Este inventor lusitano, o "Voador" Bartolomeu de Gusmão, foi vítima das perseguições da Inquisição e do atraso social e científico da época, faleceu durante a sua fuga para Paris, em Toledo, onde jaz na Igreja de S. Romão em local assinalado.

Felizmente que o sargento dirigente associativo tem compreendido que tem um papel fundamental no respeitante à actividade humana na vida colectiva, que se quer edificada sobre o fundamento da justiça e que tem exigido a sua participação, a aplicação da sua inteligência.

Neste sentido, o Clube dos Sargentos da Força Aérea tem sido um lugar de expressão da personalidade dos seus associados e dirigentes, quer no desenvolvimento de uma autêntica cultura do trabalho associativo/colectivo, quer levando os Sargentos da Força Aérea a participar conjuntamente, de modo plenamente humano, no aperfeiçoamento da vida das Forças Armadas, realizando a parte que lhes compete na responsabilidade colectiva de Criar a Lei, elaborando documentos e propostas para a segurança de Direitos, Liberdades e Garantias

dos Sargentos, dos militares portugueses, propostas de Estatutos inexistentes, como da Condição Militar e dos Sargentos das Forças Armadas.

A este propósito, projectando essencialmente a dignidade do trabalho destinado a prover as necessidades da sua vida e, especialmente, à sua conservação condigna, dirigentes e associados do Clube, são co-fundadores e dirigentes da Associação Nacional de Sargentos, entidade que assegura e defende os seus interesses nacionais.

Não desejaria terminar sem situar no horizonte dos militares, uma forte vontade que sei existir nos sargentos, vontade de abrir sempre os braços à cooperação, sabendo-se que, quando arbitrariamente se reduz ou suprime a esfera em que a liberdade legitimamente se exerce, o resultado é que a vida social progressivamente se desorganiza.

Levando sempre em conta as condições objectivas da vida social, evidentemente que o papel da razão e da moral na vida dos militares, no desenvolvimento da sociedade portuguesa, tem sido, e é, considerável.

Entendemos que, em breves palavras, terei dito tudo. Ou o suficiente. A apreciação fáctica para a compreensão do presente é uma ideia inspiradora da perspectiva do futuro. Assim, levantando os olhos e ligando os princípios à acção, 25 anos passados, aqui está o Clube dos Sargentos da Força Aérea, que sabe ser mais fácil voar com ventos favoráveis, mas que, tal como os nossos antigos navegadores, aprendeu também, ao longo dos anos, a voar contra o vento.

Preservar, "Unidos, a Terra, o Mar e o Ar", onde vivemos, é um imperativo militar, um Dever dos Sargentos, dos Militares, de todos os portugueses. Todos temos enormes deveres, ante as tempestades que assolam o mundo e perante a necessidade de dar-lhes resposta adequada.

Viva a Força Aérea Portuguesa!
Viva o Clube dos Sargentos da Força Aérea!" ▲

EXPOSIÇÃO - 20 ANOS

Clube de Sargentos do Comando Aéreo associa-se à efeméride

20 ANOS DEPOIS...

Por iniciativa da Direcção do Clube de Sargentos do Comando Aéreo (CA), situado em Monsanto, decorreu entre 15 de Junho e 8 de Julho, nas instalações do referido clube, uma exposição sobre os 20 anos da nova vida do jornal "O Sargento".

Esta iniciativa contou com o apoio do representante da categoria, SMOR João Paulino, tendo sido solenemente inaugurada pelo Tenente-General José Tareco, Comandante Aéreo, no passado dia 15 de Junho.

A cerimónia de inauguração contou com a presença de inúmeros militares do CA, de dirigentes da ANS e do Director de "O Sargento", Álvaro Martins.

Após proferir elogiosas palavras ao desempenho e contributo dado pelos Sargentos no funcionamento e operacionalidade das Forças Armadas, o Comandante Aéreo visitou detalhadamente a exposição, acompanhado pelo Director do jornal, pelo presidente da ANS, António Lima Coelho, pelo presidente do Clube de Sargentos do CA, SCH António Paiva, e pelo representante da categoria no CA.

A exposição era composta por todas as primeiras páginas de "O Sargento", incluindo cópia da página do primeiro jornal "O Sargento", editado em 29 de Julho de 1888.

Na ocasião Lima Coelho fez um enquadramento histórico da necessidade e criação de "O Sargento", das razões que levaram à sua proibição na sequência da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, e do recomeço da sua edição – sob a égide da ANS – em 31 de Janeiro de 1991, aquando do 1.º Centenário da Revolta do Porto.

A exposição tinha a abrir um texto do Director do jornal, do qual destacamos as primeiras palavras de lançamento (em 1888), da autoria do Sargento Vaz da Silva:

"Nasceu!... Ei-lo a patentear-se ao Mundo cheio de vida, de fé, de coragem e de inteireza na convicção do papel pacífico, útil e harmonioso para com a sociedade, que é chamado a desempenhar. Mas... que vida terá?"

(...) O princípio temo-lo brilhante: do muito que nos resta a fazer, trataremos nos artigos que posteriormente publicaremos."

Cem anos depois a ANS tomou nas suas mãos reeditar o jornal "O Sargento", com objectivos idênticos e a mesma ousadia e determinação. No editorial do N.º 1 do nosso reeditado "O Sargento", a dado passo, dizia-se: **"(...) o leitor espera de um jornal que ele seja o amigo sereno, um confidente informado e verdadeiro. O companheiro responsável, o companheiro tanto para os dias de esperança como para as horas de preocupação"**.

Terminava o mesmo editorial reflectindo um desejo premonitório: **"A vontade comum de todos quantos fazemos e lemos o "O Sargento" é a força que irá dar vida prolongada a este jornal"**.

O acto solene de inauguração desta exposição concluiu com um *"Moscatel de Honra"*, em que uma vez mais o Comandante Aéreo aproveitou para saudar a iniciativa da direcção do Clube de Sargentos do Comando Aéreo e reforçou o reconhecimento do papel determinante para as Forças Armadas do empenho e profissionalismo dos Sargentos. ▲



OS DE "O SARGENTO"



Opinião

Serão as Forças Armadas necessárias ao País?

Se analisarmos o aumento de solicitações às Forças Armadas (FFAA) nos últimos dez anos teremos de concluir pela positiva: teatros de operações, como Timor-Leste, Kosovo, Líbano, Afeganistão; participações em missões de segurança e patrulhamento da "fronteira" de Schengen, etc.

Por outro lado, as missões de interesse público, de protecção e salvaguarda ao Povo Português, não diminuíram. Diminuíram sim, os meios e os efectivos para lhes dar resposta.

do meios conformes à manutenção da sua actividade, embora muito limitada em termos de contratos de manutenção por via das restrições orçamentais. O Exército e a Armada operam com equipamento obsoleto, ou não operam de todo.

Esta prática miserabilista, de procurar "cortar" a todo o custo, teve recentemente o seu paradigma quando o Exército se viu incapaz de pagar os vencimentos no dia previsto, por falta de dotações orçamentais disponíveis.

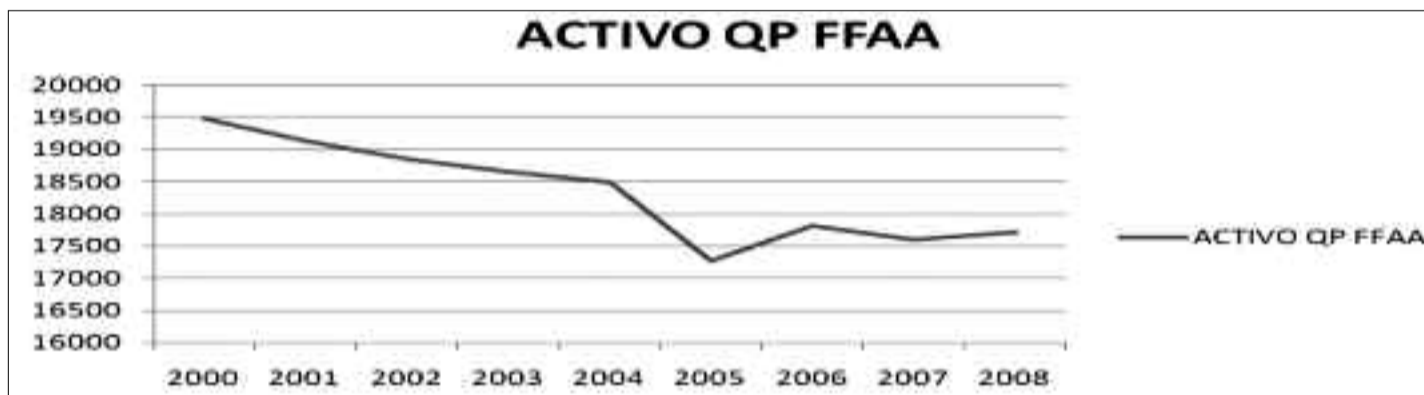
sendo os exemplos mais recentes as admissões para o Quadro Permanente de 2011 e a forma como foi tratada a questão da renovação de contrato a 213 militares, oficiais e praças, da FAP.

No caso das admissões ao QP de 2011, quer para as Academias quer para os Cursos de Formação de Sargentos (CFS), foram realizados testes e seriados candidatos sem que se soubesse sequer se os respectivos cursos seriam autorizados, e muito menos o número de vagas. No caso dos CFS decorreram meses

ano, renovar a 213 militares o seu contrato por 30 dias, dependendo de despacho superior a sua eventual futura prorrogação. Isto já é mau, mas se juntarmos a isto o facto de as notificações terem sido feitas, na sua maioria pelo menos, depois do prazo contratual previsto, a coisa assume contornos pouco elegantes. De facto, e pelo previsto no próprio contrato, estes militares, que já tinham atempadamente pedido a renovação dos seus contratos por mais um ano, não recebendo qualquer resposta até 15 dias do término do contrato vigente, teriam a sua renovação tacitamente efectuada por mais um ano. No entanto, a resposta dada, na forma das referidas notificações, ocorreu já depois destes quinze dias, pelo que, salvo melhor opinião, parece haver aqui matéria de facto para sustentar a ilegalidade destas impostas prorrogações de 30 dias.

Abundam, infelizmente, exemplos destes. Todos eles me fazem chegar à mesma triste conclusão: as FFAA são cada vez mais necessárias ao Povo Português e à integridade e defesa do País, e o poder político instituído nos últimos 30 anos empenha-se em diminuir as FFAA e os próprios militares, e ainda tenta fazer passar à opinião pública a noção que são as FFAA as culpadas pelas despesas astronómicas do Estado e os ditos militares uns "privilegiados" que não querem colaborar com o esforço de todos. TODOS?? Todos não! Alguns institutos e empresas públicas, povoados por irredutíveis administradores e gestores, resistem ainda e sempre ao esforço. E a vida é cada vez menos fácil para os que não são "boys" e "girls"...

Paulo Contreiras ▲



Como se pode ver, com dados retirados dos Anuários do Ministério da Defesa Nacional (MDN), a quantidade de pessoal do Quadro Permanente das FFAA ao serviço foi reduzida em mais de dez por cento entre os anos de 2000 e 2008, sendo pena que não estejam publicados números mais recentes.

Seria também interessante debruçarmo-nos sobre os Orçamentos da Defesa durante estes anos, mas como estes incluem aquisição de equipamentos (em negócios que já fizeram correr muita tinta) apenas refiro a minha opinião pessoal, fruto das informações que recolho: apenas a Força Aérea tem adquiri-

A contradição entre umas FFAA cada vez mais solicitadas e um orçamento cada vez mais "apertado" não pode ser justificada pela austeridade, e resume-se muito bem numa frase que li, de que desconheço o autor, e que é: "as FFAA são como os seguros, quando é necessário pagá-las muita gente reclama, mas quando são necessárias toda a gente fica contente por as ter".

Sendo que as preocupações económicas abundam, por parte do poder político, já as preocupações com os homens e mulheres que servem o País (e não se servem dele) são parcas. Existem, outrossim, bastos exemplos do oposto,

desde os testes até à definição do número de vagas, sendo que nas Academias, por via dos testes se realizarem mais tarde, "apenas" decorreram duas semanas. Tivesse o poder político acatado esta situação atempadamente, e não teriam estes militares de viver em situação indefinida durante tanto tempo, sem saberem se iriam estar desempregados ou no QP dentro de alguns anos.

Por via da mesma falta de preocupação com os militares, e por não estarem à data autorizados os números de efectivos, veio a Força Aérea, em contratos que deveriam ser renovados por um

A verdade incómoda

"Qui tacet consentire videtur"

A Pátria sempre conviveu muito mal com os seus antigos combatentes. São assim como que uma espécie de espinho atravessado na garganta dos nossos dirigentes políticos.

Incomodam-nos.

Incomodam-nos quando tem de falar neles.

Já nos habituámos aos seus discursos grandiloquentes, cheios de exaltação pátria e de amor aos sacrifícios dos nossos antigos combatentes os quais, depois não tem tradução prática no apoio devido aos mesmos.

Já temos como adquirido que todos os anos se efectuará uma cerimónia onde se deporão flores aos pés de um monumento evocativo ao sacrifício dos que tombaram combatendo, sendo que, depois, os nossos políticos só se lembrarão dos nossos combatentes um ano após e perante uma nova e anual homenagem.

Já vamos começando a tentar acreditar que as campas dos que já não se encontram entre nós vão agora e finalmente ser condignamente tratadas embora ainda

muito pouco tenha sido feito e alguns milhares de antigos combatentes, especialmente em África, sejam apenas pedaços de mato cerrado onde é difícil encontrar os locais de inumação dos nossos camaradas de armas caídos em serviço.

Sempre assim foi. A Pátria utiliza os seus filhos na guerra e, depois, tem para com eles uma atitude que se parece com aquela que todos nós temos ao utilizar um qualquer produto descartável.

Aos que morreram dá-se-lhes um monumento e uma parada anual com coroas de flores, banda e desfile.

A Pátria sente-se, assim, de consciência tranquila e com o seu dever cumprido.

Os nossos dirigentes políticos sentem-se hipocritamente aliviados por só terem de pensar nos antigos combatentes no ano seguinte aquando de novas comemorações.

Lembro-me de Aníbal Augusto Milhais, o célebre soldado Milhões condecorado com a Torre e Espada por heroicidade em combate que, se quis poder ter uma casita para viver teve de ter amigos

que em 1924 fizeram uma subscrição pública para o efeito e se quis ter algum pecúlio para dar de comer à família – tinha uma "pensão" de 15 tostões! -teve de emigrar para o Brasil em 1928, onde aliás não ficou porque os nossos patriotas ali residentes fizeram uma subscrição para lhe dar o que ele necessitava e o mandaram de novo para o seu querido Portugal.

Pátria madraستا!

Hoje, os antigos combatentes são vítimas de igual tratamento.

Aos nossos dirigentes políticos incomoda-lhes falar da guerra.

Melhor é, portanto, não se falar dela.

Não se criam atritos com o estrangeiro, reavivando velhos fantasmas, e o "politicamente correcto" prevalecerá. Hipocritamente.

A verdade é que a guerra existiu e os antigos combatentes estão cá!

Não há nada nem ninguém que apague esta verdade histórica.

Entretanto, aqueles muitos milhares de jovens que, mercê do Serviço Militar Obrigatório se viram envolvidos nela vão vendo passar os dias que ainda lhes restam de vida sem que se lhes faça justiça.

São os descartáveis. Depois de morrerem passam a fazer parte dos homenageados uma vez por ano com um desfile, uma banda e umas coroas de flores. De

forma económica, política e hipocritamente asséptica.

Muitos destes jovens foram sargentos.

Sargentos do Quadro Complementar. Os milicianos.

São algumas dezenas de milhares de antigos sargentos milicianos que ainda hoje esperam, como todos os outros antigos combatentes, que se lhes faça justiça.

Que a Lei 9/2002 seja integralmente cumprida e que os "aumentos de tempo de serviço" lhes sejam contados para efeitos de cálculo das suas pensões de reforma.

A deturpação da Lei 9/2002 feita por sucessivos governos, através do Decreto-Lei 160/2004 e, depois e ainda pior pela Lei 3/2009, são verdadeiras maldades feitas aos antigos combatentes.

São deturpações abusivas, espúrias, da Lei 9/2002.

A Associação Nacional de Sargentos exige que seja reposta em vigor a Lei 9/2002 e que os aumentos de tempo de serviço dos antigos sargentos milicianos sejam considerados para efeitos de cálculo das suas pensões de reforma ou aposentadoria.

Apenas isto.

Não nos calaremos na denúncia desta situação, pois quem cala consente e nós não consentimos!

J.R. ▲

No sábado, dia 10 de Setembro de 2011, pelas 11h30, foi celebrado o Dia Nacional da Praça, iniciativa conjunta da Associação de Praças e do Clube de Praças da Armada. Esta iniciativa assinalou os 75 anos da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, data que foi adoptada pelo CPA - Clube de Praças da Armada e pela AP - Associação de Praças para comemorar também o Dia da Praça das Forças Armadas.

A realização do evento foi junto ao Monumento ao Marinheiro Insubmisso, no Feijó, contando com o apoio da fanfara da Banda de Fuzileiros, da Câmara Municipal de Almada e da Junta de Freguesia do Feijó.

Esteve presente o último Marinheiro Insubmisso vivo, o Comendador da Ordem da Liberdade, SAJ José Barata, com 95 anos de idade.

A delegação da ANS foi composta por António Lima Coelho, presidente da Direcção, e António Mouta Dias, vogal da Direcção, que depuseram um ramo de flores junto ao Monumento.

Estiveram presentes, igualmente, representantes da Câmara Municipal de Almada, presidente da Assembleia Municipal de Almada, presidente da Junta de Freguesia e presidente da Assembleia de Freguesia do Feijó, deputados do grupo parlamentar do CDS/PP e do grupo parlamentar do PCP, representante do CEMGFA, representante do CEMA, representante do CEMFA; representante da DGPRM, representante da Liga dos Combatentes, vice-presidente do Clube do Sargento da Armada, representante da Associação de Fuzileiros, presidente do Conselho Nacional da AOFA, presidente da Direcção Nacional da ADFA, presidente da ANMM, presidentes dos Clubes de Praças da BA6 e do CA, e muitos associados com as respectivas famílias (desde militares já reformados a militares das mais novas gerações).

A cerimónia começou com o hastear da Bandeira Nacional, da Bandeira do Município, da Bandeira do CPA e da Bandeira da AP.

O presidente da AP, Luís Reis, fez a primeira intervenção, da qual realçamos:

"(...) Hoje na comemoração do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, homenageamos também, os homens que pela sua perseverança e altruísmo, nunca deixando de acreditar na soberania do estado, também nunca deixaram de honrar os valores morais e éticos da Sociedade, ao serviço da qual estavam então, mas por insistirem em defender a todo o custo a dignidade da condição humana foram injustamente condenados.

(...) A justiça demorou mas foi feita. Em 21 de Maio de 1999 o Primeiro Magistrado da Nação, à época, Dr. Jorge Sampaio, quando na sua qualidade de Presidente da República, numa das suas homenagens prestadas aos marinheiros do 8 de Setembro de 1936, com "várias décadas de atraso" – como referiu, agraciou na pessoa de seis sobreviventes marinheiros tarrafalistas, com a Comenda da Ordem da Liberdade, o "acto heróico" por eles praticado contra a ditadura do Estado Novo.

Hoje contamos com a presença do nosso comendador, marinheiro, camarada e amigo José Barata, o último resistente vivo da "Revolta" que acabou de fazer a bonita idade de 95 anos e para quem eu pedia uma enorme salva de palmas.

(...) Hoje ao comemorarmos o Dia



Dia Nacional da Praça

Nacional da Praça das Forças Armadas, por razões óbvias, homenageamos também as gerações de praças que no passado serviram o país nas Forças Armadas, com elevado mérito, abnegação, coragem e profissionalismo. Para muitos com a perda da própria vida ou ainda, os que ficaram com sequelas físicas e psicológicas que os acompanham até ao fim das suas vidas.

Contudo e face ao grande desempenho e relevo de grande preponderância que detêm na estrutura das Forças Armadas, as Praças, vêm-se confrontadas precisamente com a falta da melhoria das condições de serviço, a ausência de dignificação, respeito, reconhecimento e valorização profissionais e também a ausência de respeito pelo associativismo socioprofissional, que também a este grupo de cidadãos em uniforme lhes está consignado no campo dos direitos, liberdades e garantias.

Também de uma forma mais ampla, diria, que é preciso, que o Governo reconheça em primeiro lugar o importante papel que os Militares das Forças Armadas desempenham como garante da soberania nacional, e que não coloque os militares como instrumento de combate ao défice.

Militares, que têm contribuído, desde há muitos anos, para a recuperação económica do País, perdendo significativamente na sua qualidade de vida e das suas famílias, bem como no seu poder de compra face à inflação oficial.

(...) A indefinição da carreira militar na categoria de Praça, onde a criação de uma nova carreira na categoria de Pra-

ça, que potencie a motivação, fundamentada em mais dois postos que privilegie a dignidade e o respeito que as Praças merecem e cuja extensão se efectue aos outros ramos equacionando a hipótese de existirem praças dos QP é fundamental e inadiável

(...) A implementação de um novo Sistema Retributivo, que na sua fase de implementação, subverteu valores de princípio e de coesão, permitindo que militares no mesmo posto com uma diferença de antiguidade relativa enorme (16 anos) afixam o mesmo vencimento. Situação que só na Marinha atinge mais de 1100 Praças.

Perante tudo isto, diria, o nosso espírito militar, o nosso intenso sentimento patriótico, a nossa atitude e a nossa postura merecem mais respeito e consideração."

De seguida entreviei o Tenente-General PILAV Eduardo Silvestre dos Santos, que presidiu à Cerimónia, de cuja intervenção realçamos:

"Neste dia de celebração, saúdo com camaradagem todos os Praças das Forças Armadas, elementos indissociáveis de umas Forças Armadas coesas e solidárias. O honroso convite formulado pelo presidente da Associação de Praças para intervir nesta cerimónia dá-me oportunidade para partilhar convosco alguns assuntos mais actuais que me preocupam especialmente.

(...) Creio que a maioria de vós está consciente que, desde a LDNFA de 1982 e, mais ostensivamente desde o início da década de 1990, tem havido múltiplas investidas do poder político sobre

as Forças Armadas, para cercear direitos fundamentais dos militares, o seu acesso e o dos seus familiares à saúde, minimizar o seu direito de reunião e associação, para introduzir cada vez mais injustiças e desigualdades no seu sistema remuneratório e de carreiras, para adulterar e descaracterizar o seu Regulamento de Disciplina, para atrasar o mais possível a sua modernização, etc. Tudo isto perante a passividade e a demissão do exercício do "direito de tutela" de muitos chefes militares, por alguma razão há mais de uma década escolhidos e nomeados directamente pelo poder político.

(...) A classe política que tem detido o poder, vem sistematicamente destruindo os alicerces fundamentais das FFAA (com o acordo tácito da maioria dos Chefes Militares, no mínimo por omissão), faltando à verdade, ludibriando, cometendo mesmo ilegalidades, despojando-as progressivamente da sua dignidade, retirando-lhes os seus princípios éticos fundamentais e adulterando e corrompendo o conceito básico de disciplina militar, alicerçado no exemplo dos chefes, substituindo-o por outro, incoerente, discricionário e justicialista.

(...) A investida mais recente contra os direitos, liberdades e garantias dos militares e do Estatuto da Condição Militar é o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, que conclui pela impossibilidade de os militares no activo exercerem o direito de manifestação em defesa das competências que são atribuídas às Associações Profissionais de Militares (APM) na Lei n.º 3/2001. O parecer deixa a todos a sensação de ter sido "encomendado", é de uma pobreza argumentativa confrangedora, mal elaborado, e não transparece a dignidade esperada de juristas consagrados. Os órgãos de soberania estão a atirar deliberadamente as Forças Armadas cada vez mais para a marginalidade. Têm-nos intencionalmente retirado direitos e sabem-no! Receiam o nosso espírito de sacrifício e verticalidade? Inquieta-os a nossa disciplina e espírito de corpo? Sabem porque? Na minha opinião porque não têm a consciência nada tranquila.

(...) Portugal não pode ser negociado nem alienado, porque todos somos OS PORTUGUESES de que os discursos políticos tanto falam, e nenhum de nós o deseja. Alerto-vos para que têm de ser as gerações mais novas a lutar pelos seus direitos. Tem de surgir sangue novo nesta nossa luta pela justiça e pela igualdade social. A minha geração, a geração que fez o 25 de Abril e que tem tido até agora voz activa nas várias Associações Profissionais Militares, está na terceira idade e sem o vigor necessário para a continuação da nossa luta. Só podemos ter esperança em decisões mais justas se todas as Associações da Família Militar se rejuvenescerem, permanecerem unidas e lutarem em uníssono."

Seguidamente, alguns convidados fizeram deposição de flores junto ao monumento, incluindo a ANS. Esta parte cerimonial encerrou com o Hino Nacional.

Seguiu-se o almoço convívio, no fim do qual se distribuíram prémios de actividades desportivas (Pescaria e Atletismo). Assistiu-se a um espectáculo musical com Sargentos e Praças da Banda da Armada que integram a "Dixieland Band", cantaram-se os parabéns, partiu-se o bolo e terminou a festa. Entre a festa e a cerimónia estiveram presentes mais de duzentos convivas. ▲

Análise SOCIAL

Aumentos até 25% nos transportes

O Governo PSD/CDS decidiu aumentar brutalmente os transportes públicos, a partir de 1 de Agosto. Este aumento segue-se a um outro efectuado em Janeiro deste ano, de cerca de 5%, isto é, durante o corrente ano há transportes públicos que aumentaram cerca de 30%.

Um aumento de que não há memória, e já se fala noutra aumento brutal para 2012.

Com a capa da troika o que o Governo pretende é criar condições para a privatização dos transportes suburbanos da CP, Carris, Metro e dos STCP, levando o preço das tarifas e passes sociais para o valor dos custos de exploração, acabando com o sentido social dos transportes, transformando-os num negócio para a Banca e grupos económicos.

Uma medida contra a economia Nacional!

Para além de continuar a garantir a transferência directa para os grupos económicos que operam no sector, (detidas na maioria pelas multinacionais alemã DB, e francesa Transdev, e Grupo Barraqueiro) de milhões de Euros do Orçamento do Estado, o Governo quer que as empresas públicas assumam o investimento passado e futuro nas infra-estruturas. Isto é, as empresas públicas ficam com as dívidas, as privadas com os lucros, e as populações ficam com preços mais caros e piores serviços.

Aumentos dos preços e privatizações apenas servem a Banca e os grupos económicos privados!

Ao agravar brutalmente os preços dos transportes públicos, além de estar a empobrecer os trabalhadores, está a empurrar muitos para a utilização do transporte individual, aumentando assim o consumo de gasolina e gásóleo, agravando a factura energética e as importações, agravando-se assim o défice externo Português e a dívida pública Nacional.

Com a privatização dos transportes o que o Governo efectivamente fará é criar mais uma forma de transferir o rendimento das famílias para os grandes grupos económicos. ▲

Mundo caminha para "crise social global" devido à recessão de 2008-09, adverte a ONU

O mundo enfrenta uma "crise social global" emergente provocada pelo desemprego generalizado, o elevado preço dos alimentos e combustíveis e outros efeitos da recessão económica de 2008-2009, alertou hoje a ONU num relatório divulgado em Genebra, lê-se numa notícia da Lusa, de 22 de Junho

de 2011.

No documento, a ONU adverte, por outro lado, que as políticas de austeridade adoptadas em vários países, designadamente em Espanha e na Grécia, ameaçam o emprego e põem em risco o relançamento das economias, potenciando um agravamento da referida crise social.

E O POVO, PÁ?

As 25 maiores fortunas lusas somam 17,4 mil milhões

Riqueza dos mais poderosos cresceu 17,8% e representa 10,1% do Produto Interno Bruto de 2010

Ainda se lembra do delírio com o Euromilhões quando o valor do primeiro prémio alcançou os 185 milhões de euros? Agora multiplique esse valor por 14 e chega à fortuna do homem mais rico do País: 2,6 mil milhões de euros. Américo Amorim repete assim a proeza dos últimos três anos na liderança da lista dos portugueses mais ricos, com um montante que cresceu mais de 18% entre 2010 e 2011, revela a edição desta semana da revista Exame.

Cortiça e combustíveis são os grandes activos de Amorim, que é seguido de perto pelo empresário da construção Alexandre Soares dos Santos, que deixou de ocupar a 4ª posição do ranking para passar para a 2ª, com um aumento notável de 88,9% do seu património, para 1,9 mil milhões.

Esta subida fez com que Belmiro de Azevedo recuasse para o terceiro lugar do pódio, mesmo depois de ver a sua fortuna ser valorizada em 1,1%, para 1,3 mil milhões de euros.

No que respeita a entradas e saídas no top 10 dos mais ricos, destaca-se pela negativa Joe Berardo e as

herdeiras de Horácio Roque e pela positiva a família Alves Ribeiro e António da Silva Rodrigues, do grupo Simoldes.

Ricos estão mais ricos

As 25 maiores fortunas em Portugal somam 17,4 mil milhões de euros em 2011, o que equivale a uma subida de 17,8% face ao ano anterior e representa 10,1% do PIB português do ano passado. Segundo a Exame, este aumento do montante é influenciado sobretudo pela valorização das participações de Américo Amorim e pela subida em bolsa da Jerónimo Martins.

Três construtoras lusas em destaque

Um estudo da consultora Deloitte revela que as construtoras portuguesas Mota-Engil (30º), Teixeira Duarte (37º) e Soares da Costa (47º) integram o ranking das 50 maiores empresas de construção da Europa. Segundo o estudo 'European Powers of Construction 2010', os três grupos facturaram, em conjunto, 4,3 mil milhões de euros em 2010.

in "Destak" de 28JUL2011 ▲



Privatizações podem agravar dívida externa e défice luso

O economista Eugénio Rosa defende que Estado perde lucros, agravando-se as transferências de verba para fora.

CTT, TAP, GALP, EDP e REN são algumas das empresas que o Governo pretende privatizar, o que, justificou Pedro Passos Coelho, «abrirá a nossa economia aos estímulos do exterior».

Argumento desmentido por um estudo do economista Eugénio Rosa, que defende que «a privatização das empresas públicas, para além de o Estado perder alavancas importantes de desenvolvimento e

lucros, irá contribuir para agravar ainda mais o problema do défice e da dívida externa Portuguesa».

É que, embora possam «aliviar a situação» do País «transitoriamente», as privatizações vão determinar «a perda de uma importante fonte de receitas para o Estado» e «constituirão uma causa permanente de transferência de lucros e dívidas para o estrangeiro, agravando o saldo negativo da Balança de Rendimentos e, consequentemente, do défice e da dívida externa». Isto porque, defende o economista, «a maioria das empresas cairão em

mãos de estrangeiros», já que «os grupos económicos nacionais estão profundamente endividados».

Os números confirmam que o Rendimento Nacional Bruto (RNB), referente à riqueza que fica no País, tem vindo a diminuir desde 1995, tendo-se agravado a partir de 2000 - em 1995, o RNB era superior ao valor do PIB (riqueza criada no País) em 176 milhões de euros. Ou seja, «Portugal teve ao seu dispor um valor superior ao que produziu (176 milhões vieram do estrangeiro)». Depois, a situação inverteu-se, passando o RNB a ser inferior ao PIB (em 2010, foi inferior em 5872 milhões de euros).

Grupo Brasileiro interessado na EDP

Os 10% da EDP que pertencem ao Estado Português podem vir a ser comprados pela Eletrobras, a eléctrica brasileira que, segundo o Expresso, já terá mesmo formalizado o interesse.

Para além deste grupo, o jornal dá ainda conta de um possível interesse da argelina Sonatrach e do fundo soberano IPIC do Abu Dhabi. ▲

Os sacrifícios, a crise e as soluções

FAZ BEM RELEMBRAR

Em Julho de 2005, num número especial do nosso jornal, escrevíamos: "(...) não é possível continuar a ouvir a desculpa que estamos em crise e a atravessar dias difíceis, para impor mais sacrifícios e restrições de direitos, para depois, quando se esperava que a crise e a situação do País estivessem melhor (...) vir um senhor (...) afirmar que, afinal, ainda estamos pior do que antes dos sacrifícios e que a solução, única, é a adopção de medidas ainda mais gravosas e geradoras de maiores sacrifícios".

Como tínhamos, infelizmente, razão! Esta nossa inquestionável razão não era fruto de quaisquer habilidades ou especialidades em ciências ocultas, muito menos em qualquer má vontade contra quem nos governa ou tem governado, antes sim, radicava numa análise séria às medidas políticas e às suas justificações tomadas nos últimos vinte anos.

Todas elas têm um denominador comum, fazer os mais fracos pagar as dificuldades e retirar direitos conquistados durante décadas no século anterior: primeiro, e durante muitos anos, foram-nos pedidos sacrifícios em nome do combate à inflação - aliás, hoje, alguns dos defensores deste combate defendem que a inflação a rondar os



10% é fundamental para economia e o seu desenvolvimento -; depois quando a inflação estava controlada, continuaram a exigir sacrifícios e a reduzir direitos por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento, para em seguida continuarem a exigir mais sacrifícios e continuar a reduzir direitos em nome do combate ao défice.

Agora, segundo o Governo, quando este estava controlado vêm pedir mais

sacrifícios e redução de direitos por causa da crise - provocada por ter rebentado a "bolha", como se esta não tivesse origem nas políticas neo-liberais seguidas a nível global pelos países, chamados desenvolvidos ou em desenvolvimento - para depois de uma qualquer eventualidade, que não se sabe quando, houver algum controlo sobre esta crise, continuarem a pedir-nos sacrifícios e o que resta dos direi-

tos, em nome do combate à dívida externa, que se vai acumulando nesta economia de casino: uns jogam e os outros pagam! Durante todo este longo período houve quem lucrasse desmesuradamente com estas políticas - o sector financeiro e os grandes grupos económicos - que se foram apoderando do resultado de todos os sacrifícios, concentrando cada vez mais da riqueza produzida e que hoje não colaborando para a resolução da crise, vêem nela uma nova oportunidade de negócio de forma a apoderarem-se da parte em falta da riqueza colectiva e globalmente produzida. Parece-nos evidente que lutar e resistir contra estas políticas é o caminho na defesa de uma vida digna, justa e do desenvolvimento sustentado da DIGNIDADE HUMANA. Quem lucrou com estas políticas, quem as incentivou e implementou não está em condições de resolver a crise - que não pára de crescer e cujos piores dias ainda não chegaram -, porque não faz parte das soluções, FAZ PARTE DO PROBLEMA.

(Este texto foi o Editorial de "O Sargento" n.º 71, publicado em Março de 2009) ▲

Cartas ao Director

A crise não pode ser desculpa para tudo!

Da Base Aérea n.º 6, no Montijo, chega-nos uma mensagem de um camarada, devidamente identificado, que nos dá conta de situações que lamentavelmente vêm sucedendo naquela unidade, e para as quais chamamos a atenção dos responsáveis.

Depois de ter tentado internamente fazer chegar a quem de direito estas minhas preocupações sobre a degradação das condições na minha unidade, a Base Aérea do Montijo, e ter esbarrado sempre com as tradicionais desculpas da "crise que o País atravessa", decidi trazer ao vosso conhecimento estes casos que seguidamente referirei e cujas implicações, na minha opinião, não estarão a ser devidamente avaliadas por quem de direito.

O mínimo que se pode exigir é que um militar depois de um dia de serviço, ao chegar ao seu alojamento onde pernoita, e para o qual paga mensalmente 1% do seu vencimento, possa tomar um duche com água quente. Acontece que no alojamento de Sargentos da minha unidade tal não é possível pois há semanas que a caldeira avariou e, aparentemente, não há verba para a reparação ou substituição que está sem data prevista de solução. E o Inverno está a caminho...

Também se desligaram os aparelhos de ar condicionado para poupar energia tornando as jornadas de trabalho extremamente penosas nas salas expostas ao Sol e existem arruamentos com a iluminação desligada que estão completamente às escuras durante o período nocturno, mesmo quando há actividade operacional o que pode causar acidentes com as pessoas a deslocarem-se a pé entre os vestiários e os locais de serviço

Terminando, e para os camaradas que não conhecem esta unidade, será bom referir que em função dos meios que aqui estão sedeados, existe uma constante exigência operacional, com tripulações e equipas de manutenção e de apoio de serviço 24H ou de preven-

ção e com actividade operacional fora das horas normais de serviço, assim como aos feriados e fins-de-semana.

Acontece que há algumas semanas decidiu o Comando da unidade, com o objectivo de contenção de custos, limitar o transporte para o domicílio dos militares que são chamados a prestar serviço fora das horas normais, restringindo o seu transporte até à estação de barcos ou comboios mais próxima.

Tal decisão está a tornar-se financeiramente inoportável para muitos militares pois, para além das reduções de vencimento de que tem sido alvo, são agora obrigados a utilizar com grande frequência a sua viatura particular quando são chamados em horário extraordinário, uma vez que os horários dos transportes públicos não são muitas vezes compatí-

veis com os horários das missões. A situação é agravada pelos constantes aumentos dos preços dos combustíveis, das portagens e das tarifas dos transportes públicos contribuindo assim ainda mais para a degradação das suas condições de vida e da sua família.

Em contraste com esta situação, alguns Oficiais da unidade com viatura de serviço atribuída, continuam diariamente a fazer a sua utilização nas deslocações entre a unidade e a sua residência, fazendo vários milhares de quilómetros mensalmente o que, não querendo colocar em causa o seu direito e a necessidade para o serviço, seria bom que os ajudasse a reavaliar a decisão anterior no sentido de reporem o serviço de transportes que tão bem ajudava os militares a cumprirem a sua missão. ▲

Cortes de isenções nas taxas moderadoras

Exmo. Senhor Director do jornal "O Sargento"

Foi, com alguma indignação e revolta, ao ler nas notícias do CM, há algumas semanas, referentes aos presumíveis cortes de isenções de taxas moderadoras que, entre outros visados, vi referidos os "**militares e ex-militares das forças armadas**".

Sou militar de carreira, reformado, e nunca estive isento das referidas taxas pelo que me indigna que, mais uma vez, se pretenda dar como sendo beneficiárias de alguma coisa - além de colocar a própria vida ao serviço do país -, as FFAA.

Posso provar, com documentação, que sempre que recorri aos serviços do SNS - algumas vezes por deficiência do meu próprio subsistema de saúde para o qual me são cobradas mensalmente as respectivas quotas -, paguei o que me foi solicitado.

Desta maneira pretendo que seja desmistificada a ideia de, pelo facto de ser militar, daí advenha algum benefício em relação aos restantes cidadãos.

Grato pela atenção,

Carlos Sousa da Silva Nuno
Sargento Chefe da FAP reformado ▲

Actividade ASSOCIATIVA

Tendo tomada posse em 1 de Março passado, conforme noticiado na anterior edição deste jornal, os novos Órgãos Sociais da ANS nem tiveram tempo de respirar! A exigência das tarefas associativas e a defesa dos parcos direitos compensatórios das enormes exigências impostas à Condição Militar, a par da necessária resistência às injustiças que sucessivos governos vêm impondo à Família Militar, determinaram que muitas e variadas iniciativas e actividades tivessem que ser equacionadas. De todo este vasto leque de exigentes actividades associativas, vos deixamos aqui apenas algumas das que serão mais evidentes.

26MAR – Cerimónia do XII Aniversário da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, em Braga. ANS representada por J.Mota;

28MAR – Reunião na sede da ANS entre ANS e AP. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras e L. Bugalhão;

28MAR – Reunião na VO do Secretariado da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril, na Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

02ABR - Debate promovido pela AP, Forum Romeu Correia, Almada. ANS representada por L.Coelho;

04ABR – Reunião plenária na VO, preparatória das comemorações do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho e A.Taveira;

05ABR – Reunião de Órgãos Sociais da ANS;

06ABR – Almoço com Sargentos do CFMTFA – Ota;

08ABR – Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AP. Delegação da ANS composta por L.Coelho e L. Bugalhão;

09ABR – Comemorações do Dia do Combatente, no Mosteiro da Batalha, promovido pela Liga de Combatentes. ANS representada por J.P. Silva;

09ABR – Almoço / Debate promovido pela COMIL – Comissão de Militares, em Corroios. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

12ABR – Assembleia Geral de apresentação de contas, plano e orçamento, na sede da ANS;

14, 15 e 16ABR – 103.º Presidium da EUROMIL, em Estocolmo – Suécia. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e M.Ramos;

16ABR – Cerimónia do 17.º aniversário da APOIAR – Associação de Apoio a Ex-Combatentes Vítimas de Stress de Guerra. ANS representada por P.Contreiras e J.Correia;

16ABR – Cerimónia promo-

vida pelo CSA – Clube do Sargento da Armada, comemorativa do 37.º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por A.Taveira e V.Geitoeira;

18ABR – Audiência com General CEMFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras, J.Pereira e A.M.Dias;

18ABR – Reunião entre as Direcções das APM's na sede da ANS. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e A.Martins;

18ABR - Reunião na VO do Secretariado da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril, na Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

24ABR – Comemorações do 37.º aniversário do 25 de Abril, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa;

25ABR – Desfile Comemorativo do 37.º aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

28ABR – Sessão Comemorativa do 37.º aniversário do 25 de Abril, na Junta de Freguesia da Madalena, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

30ABR – Cerimónia promovida pelo CPA – Clube de Praças da Armada, comemorativa do 37.º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por A.C.Dias;

02MAI - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L.Coelho;

03MAI – Reunião de Órgãos Sociais da ANS;

03MAI – Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da AOFA. ANS representada por A.Martins;

04MAI – Seminário em Évora, promovido pelo CID – Comando de Instrução e Doutrina, do Exército, sob o tema "Desafios da Formação". ANS representada por L.Coelho e L.Rosário;

04MAI – Iniciativa de Solidariedade para com o dirigente da ANS António Campos Dias, na Cooperativa Piedense, Cova da Piedade;

05MAI – Sessão Comemorativa do 27.º aniversário da Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Coelho;

09MAI - Reunião na VO do Secretariado da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril, na Zona Oriental de Lisboa, para balanço da iniciativa. ANS representada por L.Coelho; L.Bugalhão e A.Taveira;

12MAI – Encontro de Militares promovido pelas APM's, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

14MAI – Reunião de Sargentos da Região Autónoma da Madeira, no Funchal. ANS representada por L.Coelho e J.P.

Santos;

17MAI – Almoço com Sargentos do EME, em Lisboa;

18MAI – Cerimónia do 37.º aniversário da ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na sua sede nacional, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e O.Lima;

19MAI – Reunião com o DGPRM – Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão, P.Contreiras e M. Pereira;

19MAI – Debate na Casa do Alentejo, em Lisboa, promovido pela ACR – Associação Conquistas da Revolução. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

20MAI - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da ANS, para balanço da iniciativa de 12 de Maio. ANS representada por L.Coelho e J. Pereira;

21MAI – Cerimónia da Inauguração da "Rotunda ADFA", em Massamá. ANS representada por A.Taveira;

21 e 22 MAI – Reunião de Direcção da EUROMIL, em Larnaca, Chipre. ANS representada por L.Coelho;

31MAI – Reunião de Sargentos em Vila Nova da Barquinha. ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras, L.Bugalhão, P.Pinto, M.Pereira e J.P. Silva;

07JUN - Reunião de Órgãos Sociais da ANS;

09JUN – Conferência realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, "Presença Portuguesa em África", no âmbito das comemorações do 10 de Junho. ANS representada por L.Coelho;

10JUN – Cerimónias do 10 de Junho, em Belém. ANS representada por L.Coelho e M. Ramos;

15JUN – Inauguração da Exposição "20 anos de 'O Sargento'" no Clube de Sargentos do Comando Aéreo, em Monsanto, Lisboa. "O Sargento" representado pelo seu Director, Álvaro Martins;

16JUN – Audiência conjunta concedida às APM's pela Direcção do PCP. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

16JUN – Almoço na Associação de Fuzileiros, no Barreiro. ANS representada por L.Coelho;

17JUN – Reunião/Jantar de Sargentos em Braga. ANS representada por L.Coelho, P. Contreiras, P.Pinto, J.Mota e S.Silva;

22JUN – "Porto de Honra" e Sessão Comemorativa do 22.º aniversário da ANS, na Sede Social do CSA, em Lisboa;

29JUN – Debate promovido pela A25A – Associação 25 de Abril, sobre "Aprofundamento da Democracia", na sua sede,

em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

02JUL – Cerimónia de inauguração do Monumento ao Ex-Combatente promovida pelo Núcleo da APVG das Caldas da Rainha, e pela autarquia de Santa Catarina. ANS representada por L.Coelho e O.Lima;

02JUL – Cerimónia de inauguração do Monumento de Homenagem aos Fuzileiros, promovida pela Associação de Fuzileiros e pela autarquia do Barreiro. ANS representada por A.Jacinto;

04JUL - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AP. ANS representada por L.Coelho, P.Contreiras e L.Bugalhão;

05JUL – Reunião de Órgãos Sociais da ANS;

09JUL – Cerimónia comemorativa do 25.º aniversário do CSFA – Clube de Sargentos da Força Aérea, no CAS-Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

12JUL – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Pinto e V.Geitoeira;

12JUL - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

17JUL – Cerimónia comemorativa do 20.º aniversário da ANMM – Associação Nacional de Militarizados da Marinha, no Parque de Merendas da Base Naval do Alfeite. ANS representada por L.Coelho;

18JUL – Audição Parlamentar sobre "Privatizações" promovida pelo GP-PCP, no Auditório da Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

19JUL – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão, M. Pereira e O.Lima;

19JUL - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da ANS. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

20JUL – Audiência com Grupo Parlamentar do PS. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos e L.Bugalhão;

26JUL – Audiência com a Presidente da Assembleia da República e entrega de Petição/Projecto de Lei de Amnistia. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras e A.Taveira;

26JUL – Saudação transmitida a dirigentes da FNSFP – Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, em Vigília frente à Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M. Ramos, P.Contreiras e A.Taveira;

28JUL – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Delegação da ANS com-

posta por L.Coelho, M.Ramos e A.Taveira;

29JUL – Almoço com Sargentos na BA1, Sintra;

02AGO – Audiência com Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P. Contreiras e L.Bugalhão;

02AGO – Reunião de Órgãos Sociais da ANS;

03AGO – Audiência com o MDN – Ministro da Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras e L.Bugalhão;

04AGO – Audiência com o Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.C.Dias e J.Correia;

05AGO – Almoço com Sargentos em Alfragide;

12AGO – Reunião com SEDN – Secretário de Estado da Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Contreiras e J.Gonçalves;

16AGO – Reunião promovida pela FENPOL – Federação Nacional de Sindicatos de Polícia, no ISCAD, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

18AGO – Reunião promovida pela CCP-FSS, Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança, na sede da ASPP-PSP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e P.Contreiras;

05SET - Reunião entre as Direcções das APM's na sede da AOFA. ANS representada por L.Coelho;

06SET - Reunião de Órgãos Sociais da ANS;

10SET – Cerimónia do "Dia das Praças das Forças Armadas" – 75.º aniversário da Revolta dos Marinheiros, na Junta de Freguesia do Feijó. ANS representada por L.Coelho e A.M.Dias;

13SET – Reunião do Grupo Parlamentar do PCP com as APM's, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por M.Ramos, L.Bugalhão e J.Pereira;

14SET – Reunião da Direcção da EUROMIL em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho.

À hora do fecho desta edição n.º 78 do jornal "O Sargento" estão em preparação diversas reuniões por todo o país na preparação para o Encontro Nacional de Militares que irá ter lugar no próximo dia 22 de Outubro, no Grande Auditório do ISCTE, em Lisboa.

De toda esta actividade necessária para organizar a forma de resistir aos violentos ataques que os militares, e os portugueses em geral, estão a ser alvo, vos daremos conta na próxima edição do nosso jornal. ▲

Dr. Luís Azevedo Perdemos um Amigo... Ficámos mais pobres

Faleceu, no dia 26 de Junho do corrente, o Dr. Luís de Azevedo, prestigiado advogado e lutador anti-fascista. Destacou-se no período da ditadura como um corajoso defensor de presos políticos, em tribunais plenários de tão má memória.

Homem solidário. Homem de carácter, nunca vacilou na defesa intransigente dos valores e princípios que sempre nortearam a sua vida.

O seu escritório, no Campo Pequeno, foi antes do 25 de Abril de 1974, ponto de encontro de anti-fascistas e foi nele que nasceu a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

Nós, Sargentos de Portugal, tivemos o grande privilégio de contactar e conhecer o Dr. Luís Azevedo em 1986. Organizados, na altura, em torno da Comissão Pró-Estatuto, pretendíamos fazer um abaixo-assinado à Assembleia da República, com o objectivo de conseguirmos um Estatuto Profissional que definisse os nossos deveres, direitos e carreiras.

Consultados vários advogados e colocada a nossa pretensão, todos eles foram peremptórios em afirmar que não o podíamos fazer, a Lei não o permitia. Desiludidos, mas não con-



vencidos, partimos à procura doutra opinião mais favorável. Foi assim que chegámos ao Dr. Luís de Azevedo, que de imediato nos deu o fatídico parecer: "A Lei não vos permite fazer abaixo-assinados".

Insistimos, "-isso sabemos nós, mas não haverá uma forma de ultrapassarmos essa dificuldade?" - inquirimos determinados. O advogado, afável, perante a nossa insistência pergunta-nos: "Quantas assinaturas pensam recolher?", ao que respondemos -

"umas duzentas ou trezentas" - e o advogado prontamente retorquiu: "Se conseguirem esse número então podem".

E nessa tarde saímos do escritório do Campo Pequeno com o texto do abaixo-assinado, que, em cerca de quinze dias, recolheu mais de duas mil assinaturas.

O abaixo-assinado foi então entregue na A.R. nas mãos do seu Presidente, Dr. Fernando Amaral, e em 1990 o nosso Estatuto Profissional conheceu a luz do dia.

Com este facto ganhámos um amigo, um Homem que não sabia recusar causas justas.

Com o seu falecimento Portugal perdeu um cidadão ímpar, nós perdemos um amigo, ficámos todos mais pobres!

Bem Haja, Dr. Luís Azevedo! ▲

Sargento apurado para os Jogos Olímpicos de Londres 2012

O atirador olímpico português João Costa sagrou-se, em Agosto passado, campeão europeu de Pistola de Percussão Central a 25 metros, no campeonato que decorreu em Belgrado, Sérvia, obtendo nessa prova um novo recorde nacional.

João Costa, que já tinha alcançado a medalha de bronze em Pistola Livre a 50 metros, totalizou 590 pontos nesta prova, o que lhe confere também um novo recorde nacional (embora ainda não homologado). O resultado obtido por João Costa contribuiu para que a equipa nacional terminasse a prova de Pistola de Percussão Central (PPC) no 8.º lugar.

O atirador português prepara a participação nos seus quartos Jogos Olímpicos, desta feita

em Londres 2012, tendo como melhor resultado nestes eventos o sétimo lugar nos Jogos de Sydney 2000.

João Carlos Calvete Pereira da Costa, Sargento-Ajudante da Força Aérea, a prestar serviço na Base Aérea N.º 5, Monte Real, Leiria, atleta da Associação Naval 1.º de Maio, da Figueira da Foz, nasceu em 28 de Outubro de 1964, é federado deste 1992 e teve a sua primeira internacionalização em 1996. Tem participado em inúmeros campeonatos internacionais e nacionais, de âmbito civil e militar.

O Sargento-Ajudante João Costa tem levado bem longe o nome de Portugal. O jornal "O Sargento" deseja a este nosso camarada a continuação dos maiores sucessos. ▲

Protocolos ANS

Águas do Gerês – Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253 391113 / 253 390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Videoclube

■ CINETEKA.COM
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Escapes para Automóveis

■ ENTOESCAPES, LDA
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios para Automóveis

■ GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Aventuras Submersas

■ HALIOTIS
AV. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE
Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Psicólogo

■ José de Oliveira Fernandes Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.

Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião
TM – 913 120 007

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

■ SULPNEUS
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Informa-te junto da ANS ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DÉBITO DIRECTO

A ANS vive exclusivamente das contribuições dos seus associados. Rejeitamos qualquer outro tipo de receita, que possa contribuir para uma menor independência da nossa Associação.

Isto torna ainda mais importante que os nossos associados paguem efectivamente a sua quotização. Só assim a ANS poderá continuar, fazendo face às despesas de funcionamento da nossa Sede, às despesas decorrentes da publicação do nosso jornal "O Sargento" (gratuito para os associados com a quotização em dia), às despesas decorrentes dos muitos milhares de quilómetros efectuados por todo o País em estreito contacto com os nossos núcleos, aluguer de salas para eventos associativos, telefones, Internet, etc., etc.

instituição bancária todas as autorizações de débito directo da conta bancária anterior podem ser passadas para a nova conta.

Bases legais e regulamentares:

AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2002, publicado na 1ª Série-B do Diário da República n.º 61, de 13 de Março de 2002;

AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2005, publicado na 1ª Série-B do Diário da República n.º 120, de 24 de Junho de 2005;

INSTRUÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 125/96 (SICOI - Sistema de Compensação Interbancária).



DOIS PROBLEMAS

O sistema de pagamento da quotização "antigo" era por transferência bancária normal. Este sistema, para além de dificultar a verificação do pagamento de quotas à ANS, é também cobrado pelo banco ao associado a um valor absurdamente elevado, chegando ao cúmulo, na instituição bancária mais utilizada pela Marinha, de cada transferência bancária para a ANS (semestral ou anual) ter um custo para o associado superior ao valor da quota.

A ANS aderiu então, como entidade cobradora, ao sistema de Débito Directo, tendo lançado uma campanha de adesão ao mesmo que, embora tendo sido bem sucedida, ainda não atingiu o seu objectivo na totalidade.

A SOLUÇÃO

Porquê então o Débito Directo? Porque só tem vantagens. Vejamos:

1- É Gratuito para o associado e dispensa idas ao banco.

2- Permite a qualquer momento uma verificação numa caixa Multibanco.

3- Tem um limite máximo por pagamento definível pelo associado.

4- Poupa à ANS dezenas de horas de trabalho gastas em gestão de quotas.

5- Se o associado mudar de

O QUE FAZER?

Caso não saiba exactamente qual é o sistema que utiliza para pagamento das quotas da ANS é simples: contacte os nossos serviços administrativos em horário de expediente, se tiver o número de sócio por perto é mais rápido. Ou mande um e-mail ou carta. Teremos muito gosto em prestar essa informação.

Para aderir ao débito directo no pagamento da quota da ANS é muito fácil:

- Entre na nossa página de Internet e faça o "download" da ficha de inscrição / alteração. Imprima, preencha e faça-nos chegar por correio, fax ou mesmo e-mail.

- Contacte-nos por telefone, carta ou e-mail e peça o envio de uma ficha de inscrição / alteração para a sua morada. Receberá a mesma e um envelope RSF que permitirá a devolução da sua ficha sem custos.

- Venha à nossa Sede pessoalmente (traga o NIB e os dados da conta bancária). Se ainda não conhece a sede dos Sargentos de Portugal é uma excelente oportunidade.

Os nossos contactos:

Página da Internet:
www.ans.pt
Endereço de correio electrónico (email): contacto@ans.pt
Morada: Rua Barão de Sabrosa n.º 57 – 2.º D 1900-088 LISBOA
Telefone: 21 815 4966
Fax: 21 815 4958 ▲



ENCONTRO NACIONAL DE MILITARES

Resistir, já é Vencer!

O ataque à Condição Militar, que conheceu os seus piores momentos a partir de 2005, não parece abrandar, continua com novos e gravosos desenvolvimentos. Os factos demonstram inequivocamente esta afirmação, as declarações dos políticos, da área governamental, parecendo descomprometidas, mais não fazem do que abrir o caminho à aceitação pública dos novos ataques, tendo em conta o tom humilhante e nada sério do seu conteúdo. Feitas as declarações, com o impacto mediático com que o são feitas, se não correspondem a um objectivo determinado, impunham que a tutela política as ripostasse na defesa da dignidade das Forças Armadas e dos homens e mulheres que nelas servem. Tal não ocorre nem ocorre, por isso tais afirmações, venham de quem vierem, nada têm de ingénuas nem são de todo descomprometidas.

A Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (Lei 11/89, de 1 de Junho), para além de um vasto conjunto de deveres, impõe um conjunto de especiais direitos, nos últimos anos ferozmente atacados em nítido desrespeito por esta Lei, nos campos da segurança social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação.

Para os diferentes governos estes especiais direitos, legalmente consignados por força do reconhecimento da especificidade e fundamental importância do papel das Forças Armadas e ainda como reconhecimento do vasto leque de deveres e restrições a que os mili-

tares estão sujeitos, têm sido ignorados e alvo dos seus vorazes ataques, em nome do combate à crise e do princípio de que todos têm de contribuir para esse objectivo.

Assim não tem sido e consequentemente temos denunciado e demonstrado que afinal a crise não é para todos. Alguns, poucos, têm vindo a ganhar com ela. Os mesmos de sempre, poupados aos sacrifícios e que vão engrossando as suas riquezas à custa de depauperar quem vive dos rendimentos do seu trabalho.

A chantagem sobre todos nós, diária e permanentemente exercida, tem que terminar. Lutar contra esta "fatalidade" (como nos querem fazer acreditar), tornou-se um imperativo nacional e patriótico.

Basta de cortes nos vencimentos, na saúde, na educação; basta de aumentos nos impostos, no custo de bens essenciais. As nossas economias familiares não aguentam mais e o nosso futuro e o das nossas famílias fica cada vez mais hipotecado e negro. Basta!

Recentemente a comunicação social deu notícia de um Despacho conjunto dos ministros da Defesa Nacional e das Finanças, que perspectiva mais cortes salariais para os militares, devido ao relatório produzido pela Inspeção Geral de Finanças na sequência da auditoria feita aos ramos das Forças Armadas, em Fevereiro passado.

Reconhece o Despacho conjunto de Aguiar Branco e Víctor Gaspar que "na origem desta situação, no início de 2010 e no seu prolongamento no tempo, estão omissões regulamentares, de quem tinha competência na matéria", numa clara crítica aos

seus antecessores nas respectivas pastas ministeriais.

Pasme-se! Reconheceu as omissões, mas em vez de as resolver, como seria de bom-tom e de responsabilidade, penalizam-se aqueles que nenhuma culpa têm na situação criada, reduzindo-lhes o vencimento. Dá jeito, culpa-se quem tinha de ser culpabilizado, mas penalizam-se os mesmos – os militares – poupando-se assim uns quantos milhões de euros. Haja respeito!

Pela Dignidade da Instituição Militar e dos que nela servem, na defesa da Condição Militar, pelo futuro a que temos direito, só nos resta um caminho: RESISTIR! E é esta resistência aquilo que vos propomos e incentivamos no próximo dia 22 de Outubro, no Grande Auditório do ISCTE.

Mobilizemo-nos, participando activamente, para transformarmos o "Grande Auditório" num pequeno auditório.

Lá estaremos, unidos, confiantes e determinados, na certeza de que o futuro a nós pertence. Resistir já é vencer! ▲

D. JANUÁRIO TORGAL FERREIRA bispo castranço sobre os efeitos que a crise está a ter no seio militar

"É enorme o mal-estar nas Forças Armadas"

● SECUNDINO CUNHA

Correio da Manhã – Confirma que é tenso o clima que se vive nos quartéis?

D. Januário T. Ferreira – O que lhe posso dizer é que é enorme o mal-estar nas Forças Armadas

– Porquê?

– Por várias razões, mas fundamentalmente porque ninguém tem ligado nada às reivindicações destes homens e mulheres que dão tudo pelo País.

– Fala de reivindicações salariais?

– Também. Os militares estão a ganhar menos do que há dez anos, mas pior que isso é que ninguém quer falar com eles.

– É o Governo que não dialoga?

– Têm sido os governos que não têm dialogado. Porque é que



ninguém recebe as associações? Digo-lhe que os militares têm fortes razões para se sentirem humilhados.

– Teme as consequências deste descontentamento?

– Temo. Estamos a falar de quase 60 mil pessoas, que têm estado a caladas, mas a certa altura podem não conseguir conter a ira. É que os militares têm perdido sempre em relação aos restantes sectores da sociedade. (mais noticiário na página 13) ■

"Correio da Manhã" – 13/07/2011

MOBILIZAÇÃO

Com vista à realização do Encontro Nacional de Militares de 22 de Outubro, a ANS tem realizado nas últimas semanas reuniões em quase todos os núcleos de associados existentes no país.

O objectivo destas reuniões é incentivar a mobilização dos Sargentos de Portugal levando os núcleos onde tal for possível a organizarem-se para a deslocação a Lisboa no dia 22 de Outubro.

As formas organizativas deverão ser as mais mobilizadoras, incluindo a possibilidade de realizar excursões com itinerários definidos.

Os camaradas interessados em deslocarem-se ao Encontro Nacional de Militares, que não tenham contacto com os delegados dos núcleos dispersos pelo país, podem dirigir-se à ANS através dos seus contactos telefónicos ou electrónicos de modo a serem devidamente encaminhados. ▲